

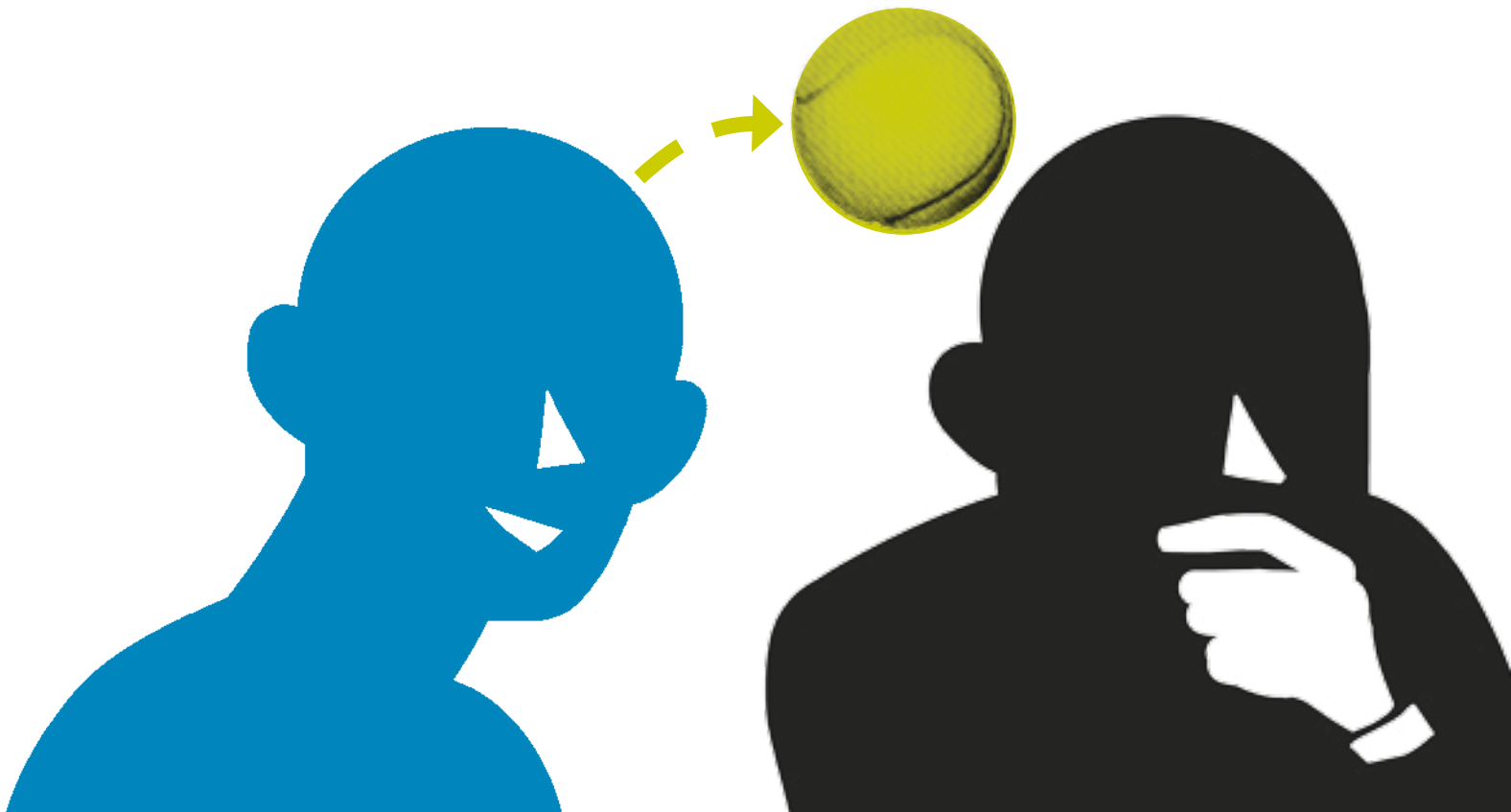
Via Inclusão

Guia facilitador para projetos desportivos

para capacitar a comunidade à prática desportiva das pessoas com deficiência

Casa João Cidade - Pascale Millecamps e Nuno Silva

Dezembro 2017



Pascale Michel Rachel Millecamps

Assistente Social. Mestre em sociologia.
Nascida em 1964 na Bélgica, veio para Portugal, por amor, em 1994.

Na Bélgica trabalhou nos domínios da alfabetização, da adoção e, principalmente, na área da Saúde Mental, em particular na psicogeriatría, num Serviço - “Secteur Chien Vert”- da Universidade Católica de Louvain la Neuve (UCL), em Bruxelas.

Em Portugal desenvolveu o projeto de Serviço de Apoio Domiciliário para a Associação AURPIA, em Vila Nogueira de Azeitão. Dá formação na área social e apoio a idosos e à comunidade. Trabalha desde 2006 na Casa João Cidade, em Montemor-o-Novo, onde exerce as funções de coordenadora e dinamizadora do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Animação para as Pessoas com Deficiência.

Via Inclusão

Guia facilitador para projetos desportivos

para capacitar a comunidade à prática desportiva das pessoas com deficiência

Casa João Cidade – Pascale Millecamps e Nuno Silva

Dezembro 2017

5. Introdução

7. Pensar para atuar

9. Deficiência

11. Inclusão na comunidade

13. Diferença entre inclusão e integração

17. Desporto ou desporto adaptado?

21. Sociedade inclusiva

25. “Um passo em frente”

27. História comentada de um projeto de inclusão social pelo desporto

41. Replicabilidade

45. É sua vez!

46. Pontos de partida

49. 1. apoio ao acesso

55. 2. serviços e atividades diferenciadas em ambiente habitual

59. 3. colaboração entre organizações

65. 4. sensibilização a deficiência

69. Conclusão

Aos que têm empreendido connosco,
temos a expectativa de que considerem
vosso este guia.

Obrigado.

Introdução

É comum encontrar, como critério de avaliação de projetos, a sua replicabilidade ou o seu potencial de transferência para outros contextos.

Em consequência, o avanço da intervenção social também tem assentado na procura e validação de boas práticas – aquelas que poderiam ser modelos para intervenções idênticas, em resposta a problemas semelhantes.

Contudo, a inclusão social é uma dinâmica em que intervêm pessoas e instituições simultaneamente autónomas e interdependentes: tem liberdade para agir, mas não o podem fazer eficazmente sem a colaboração com outros. Nessa medida, os contextos em que surgem os problemas são sempre diferentes, o que justifica que se questione a replicação das boas práticas – elas assentam na expectativa de que os mesmos resultados sejam alcançados, apesar das diferenças locais.

Esta forma de promover projetos pode ser contraditória com o outro imperativo social: a inovação.



É que a inovação representa um ato criativo local em resposta aos problemas que as pessoas e instituições enfrentam. Nessa medida, lida com incertezas e experiências – mas também com a adaptação às necessidades partilhadas, em função de recursos e sonhos. Note-se: o que é planeado não é novo!

A partir do momento, em que o ponto de partida é a diferença, faz mais sentido construir projetos únicos que se baseiam nas características dos lugares e das interações. Assim, a replicação de projetos com bons resultados encontra desafios novos: o de facilitar o desenvolvimento de projetos inclusivos e alicerçados nas diferenças e divergências e o de evitar que a solução inicial descontextualize e deslocalize a intervenção para os referenciais que presidiram ao projeto original.

**Nestes termos, de que forma o conhecimento pode ser transferido?
É nesta base que preparamos este guia.**

A reflexão que apresentamos estrutura-se em torno de um projeto de inclusão social através do desporto adaptado e do desenvolvimento da comunidade. Começamos por apresentar os conceitos chave que estiveram na origem do projeto e por discutir as noções e diferenças entre inclusão social e integração social.

Em seguida, apresentamos a história comentada do projeto, em que refletimos, passo a passo, os fatores que facilitaram a implementação e que contribuíram para a inclusão social. Fechamos esta parte com o esclarecimento acerca do que é replicável, ou seja, do que, em nosso entender, pode ser transportado para outros contextos sem ferir as características únicas e irrepetíveis dos lugares.

Terminamos com a apresentação de um modelo que pode facilitar a implementação de projetos de inclusão social.

Pensar
para atuar

Inevitavelmente, as primeiras questões dos projetos sociais dirigem-se aos conceitos que são convocados. Quando se juntam pessoas e instituições diferentes e, eventualmente, com interesses divergentes, as mesmas palavras podem ter significados díspares e, apesar da conjugação de esforços para melhorar a realidade, os intervenientes podem ter ideias afastadas sobre a melhor forma de intervir.

Este guia nasce dentro de um enquadramento conceptual em que a inclusão é um processo dinâmico, emergente das interações e, portanto, que emerge na comunidade. Nessa medida, os conceitos que definimos a seguir, e que resultam de referenciais internacionais e de compromissos assumidos por Portugal, são indispensáveis para desenvolver projetos desportivos inclusivos.

Deficiência

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CNUDPD) define a deficiência como uma interação entre as características da pessoa e do seu meio. Assim as

“Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.”

A implicação desta definição reside sobre a forma como a sociedade age para diminuir (suprimir) as barreiras e promover a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade. A palavra “plena” que aqui usamos não é inocente: refere-se **às mesmas oportunidades, recursos, tempos e situações** a que qualquer cidadão deve poder aceder, em que se incluem as oportunidades de experimentar e conhecer, o direito a optar fazer ou não fazer e o acesso às mesmas condições quotidianas – portanto, à inclusão.

Inclusão na comunidade

O artigo 19 da CNUDPD intitulado “Vida independente e inclusão na comunidade” tem a seguinte redação:

“Os Estados Partes desta Convenção reconhecem o igual direito de todas as pessoas com deficiência de viver na comunidade como as demais e deverão tomar medidas efetivas e apropriadas para facilitar às pessoas com deficiência o pleno desfrute deste direito e sua **plena inclusão e participação na comunidade**, inclusive assegurando que (...) c) Os serviços e instalações da comunidade para a população em geral estejam disponíveis às pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades, e atendam às suas necessidades.”

Portanto, a sociedade inclusiva é uma sociedade para todos, independentemente de sexo, idade, religião, origem étnica, raça, orientação sexual ou deficiência; uma sociedade não apenas aberta e acessível a todos os grupos, mas que estimula a participação; uma sociedade que acolhe e aprecia a diversidade da experiência humana e cuja meta principal é oferecer oportunidades iguais para todos realizarem seu potencial humano.

“Pois, para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros. O desenvolvimento (...) das pessoas com deficiência deve ocorrer dentro do processo de inclusão e não como um pré-requisito, como se estas pessoas precisassem pagar ingressos para poderem fazer parte da sociedade (das escolas comuns, das empresas comuns etc.)” (Sasaki, 1999)

Diferenças entre inclusão e integração

INCLUSÃO

Participação na comunidade

Inserção total e incondicional
(ex: crianças com deficiência não precisam de “se preparar” para ir à escola regular)

Exige ruturas nos sistemas e exige transformações profundas

Mudanças que beneficiam toda e qualquer pessoa
(todos “ganham”)

Traz para dentro dos sistemas os grupos de “excluídos” e, paralelamente, transforma esses sistemas para que se tornem de qualidade para todos

Não disfarça as limitações e as diferenças, porque elas são reais

O adjetivo “inclusivo” é usado quando se busca qualidade para todas as pessoas (com e sem deficiência), como a escola inclusiva, trabalho inclusivo e lazer inclusivo.

Valoriza a individualidade das pessoas com deficiência
(ex: pessoas com deficiência podem ou não ser bons funcionários; podem ou não ser carinhosos)

Não se caracteriza apenas pela presença de pessoas com e sem deficiência num mesmo ambiente

INTEGRAÇÃO

Inserção parcial e condicional
(ex: crianças “se preparam” em escolas ou classes especiais para poderem frequentar escolas ou classes regulares)

Pede concessões aos sistemas e contenta-se com transformações superficiais

Mudanças visando prioritariamente a pessoas com deficiência
(consolida a ideia de que as pessoas com deficiência “ganham” mais)

Inserir nos sistemas os grupos de “excluídos que provarem estar aptos”
(sob este aspecto, as cotas podem ser questionadas como promotoras da inclusão)

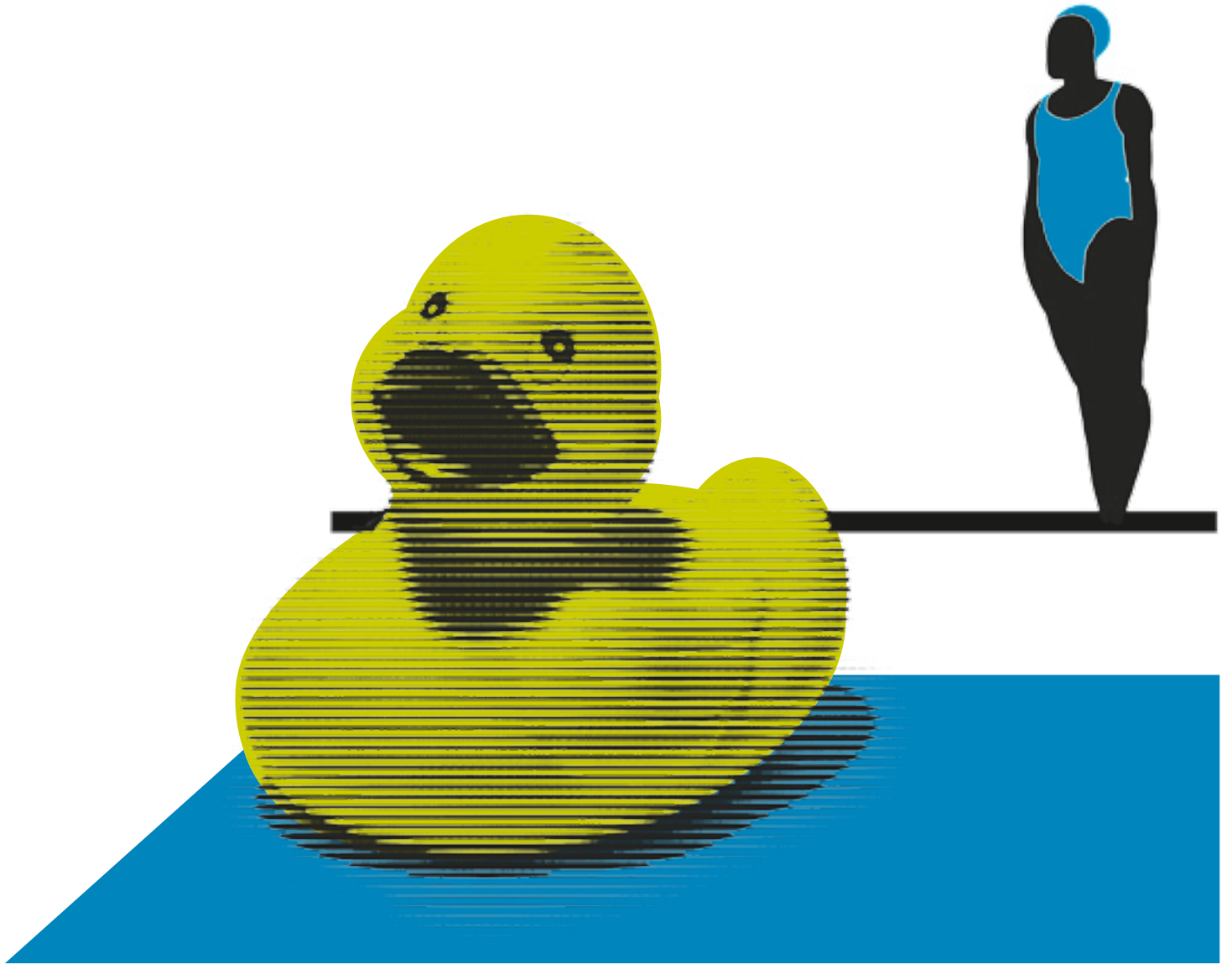
Tende a disfarçar as limitações para aumentar as possibilidades de inserção

O adjetivo “integrador” é usado quando se busca qualidade nas estruturas que atendem apenas às pessoas com deficiência consideradas aptas (escola integradora, empresa integradora)

Existe tendência a tratar pessoas com deficiência como um bloco homogêneo
(ex: surdos concentram-se melhor; os cegos são bons massagistas)

A simples presença física de pessoas com e sem deficiência num mesmo ambiente tende a ser o suficiente para o uso do adjetivo “integrador”

Presença na comunidade



Desporto ou desporto adaptado?

A cultura física e o desporto são um direito de todos (Artigo 79º da Constituição da República Portuguesa), um fator indispensável na formação da pessoa e no desenvolvimento da sociedade (Lei n.º 30/2004, de 21 de julho – Lei de Bases do Desporto) e um elemento de habilitação e reabilitação (Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto – Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência).

O termo “Desporto Adaptado” é comumente usado para descrever as práticas desportivas das pessoas com deficiência. Contudo, a expressão pode carregar uma segregação.

O desporto, como conceito, emerge da multidimensionalidade que caracteriza o seu impacto e objetivos. O conceito que aqui utilizamos é o de uma atividade física, que conjuga os recursos motores das pessoas com todos os outros recursos pessoalmente disponíveis, institucionalizada e organizada, orientada para a superação e delimitada por normas e regulamentos que põem os adversários em igualdade formal.

Diferencia-se do conceito de atividades físicas e desportivas. Estas devem ser entendidas como as atividades, formais ou informais, cujas regras são manipuladas em função das características e vontades dos intervenientes, vocacionadas para um largo espectro de impactos, entre os quais a saúde, o bem-estar e o convívio social.

Portanto, o que é que é adaptado, uma vez que a superação e o desenvolvimento são aferidos por referenciais externos (como os recordes) ou internos (como os objetivos pessoais)? Os primeiros são aferidos pelas circunstâncias dos atletas, atividades e contextos; os segundos pelos patamares de desejo que os atletas estabelecem – qual deles representa uma adaptação aplicável apenas às pessoas com deficiência?

A evolução do desporto sempre assentou em diferenciações que correspondem às necessidades de aprendizagem e desenvolvimento dos praticantes. É por isso, que, nos jogos desportivos coletivos, os tempos de jogo dos escalões de formação, das equipas seniores ou das equipas de veteranos têm durações diferentes. Outro exemplo é a evolução de vários jogos desportivos coletivos para contextos diferentes, particularmente a praia. Será que se tornaram desportos adaptados também?

Neste contexto, o conceito que aqui adotamos é o desporto enquanto prática codificada e orientada para a superação e defendemos que não há desportos adaptados, apenas desportos com diferenciações aos praticantes e contextos. Portanto, **é a diferenciação das práticas desportivas (e não a adaptação) que garante o acesso de todos ao desporto** (seria inviável pedir a uma criança que corresse 100m em velocidade – as primeiras provas são de 60 metros; e igualmente a um cego que nunca pisasse as linhas das pistas de atletismo). A diferenciação sugere uma prática permanente e pedagógica orientada para a inclusão; e a adaptação uma formalização permanente das diferenças.



Sociedade inclusiva

A definição de sociedade inclusiva da Cartilha da Inclusão* elaborada por Andréa Godoy em 2000 citada por Costa (2009) diz-nos que “Diante de tantas mudanças que hoje vemos ocorrer na sociedade, surge um novo movimento, o da inclusão, consequência da visão de um mundo democrático, no qual pretendemos respeitar direitos e deveres.

A limitação da pessoa não diminui os seus direitos: é cidadã e faz parte da sociedade como qualquer outra.

Chegou o momento de a sociedade preparar-se para lidar com a diversidade humana. Todas as pessoas devem ser respeitadas, não importa o sexo, a idade, as origens étnicas, a orientação sexual ou as deficiências. Uma sociedade aberta a todos, que estimula a participação de cada um, aprecia as diferentes experiências humanas e reconhece o potencial de todo cidadão é denominada sociedade inclusiva.”

* Costa, A., Corrêa, R. (2009). Cartilha da inclusão Direitos das Pessoas com deficiência- Belo Horizonte: Sociedade Inclusiva/PUC-Minas url: <http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/publicacoes.php> (Acedido a 15/05/2016)

Em 2009, a FORMEM – Federação Portuguesa de Centros de Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiência considerava “importante que se evolua de um estágio em que a preocupação foi criar serviços especiais, nos locais onde as carências não permitiam um nível mínimo de dignidade, para um nível em que se procure **dar às pessoas com deficiência a possibilidade de participarem activamente na vida comunitária** e darem forma à sua cidadania. Esta mudança representaria a passagem dum modelo em que se procurou criar apoios especiais para pessoas especiais para um novo patamar em que a sociedade procura abrir-se às pessoas com deficiência e dá a estas os apoios/suportes necessários para que participem.” *

“Um passo
em frente”

O projeto “Um Passo em Frente” oferece atividades desportivas às pessoas com deficiência intelectual e, atualmente, também pode ser caracterizado como um projeto de desenvolvimento da comunidade: apesar de estar orientado para as atividades e para a vida das pessoas com deficiência (para aquilo que as pessoas com deficiência fazem no seu dia-a-dia), algumas mudanças essenciais ocorreram na comunidade.

A sua história ilustra um processo de adaptação e, por isso, foi guiada por reflexões que precipitaram mudanças, atividades e esforços. Nessa medida, optamos por apresentar os elementos facilitadores em função da história de crescimento do projeto e das reflexões e valores que foram sendo convocados.

História comentada de um projeto de inclusão social pelo desporto

HISTÓRIA

2011

O estímulo inicial que facilitou a congregação de recursos e vontades foi a aprendizagem de jovens.

Por um lado, os alunos de um Curso Tecnológico na Área do Desporto tinham de fazer aprendizagens sobre desporto para todos.

Por outro lado, os jovens sentiam-se inseguros sobre a sua competência para trabalhar com pessoas com deficiência.

REFLEXÕES

A expressão “estímulo inicial” é apenas instrumental e serve para marcar a formalização do projeto. Porém, não há um ponto único e exclusivamente verdadeiro em que um evento social ou uma motivação surge – o que acontece é que há histórias que refletem as interações entre as pessoas e instituições e que favoreceram a emergência de atividades. Este primeiro comentário é facilitador porque revela a complexidade social e sugere que o sucesso das atividades e experiências sociais (em particular desta experiência de inclusão) assentam em fatores anteriores e muitas vezes desconhecidos – como as motivações, as ideias, os afetos. Assim, a implementação do projeto foi facilitada pela ideia de que não se começou do zero e que havia elementos que eram desconhecidos e que podiam influenciar o desenvolvimento e implementação. Por outras palavras, não esperamos que a visão dos promotores seja um limite rígido de participação; esperamos que os interesses, eventualmente ocultos, transformem o projeto.

Isso promoveu uma parceria entre a Escola Secundária de Montemor-o-Novo e a Casa João Cidade. A opção foi a de aulas/atividades desportivas mensais, destinadas às pessoas com deficiência que frequentavam o CAAAPD, dinamizadas pelos alunos, sob orientação de um professor. Todos os alunos colaboravam na atividade, mas havia sempre um par de alunos responsável por planear e liderar a atividade.

No termo do ano letivo, o trabalho desenvolvido fez emergir imagens acerca das práticas desportivas das pessoas com deficiência:

- havia algumas oportunidades pontuais e descontínuas de prática desportiva, mas nenhuma prática permanente;
- havia afastamento entre as percepções dos jovens, no que diz respeito ao trabalho com pessoas com deficiência, que o projeto ajudou a esbater: as dificuldades que os jovens antecipavam não se verificavam e emergiu a noção de que lidar com pessoas com deficiência é em tudo semelhante a qualquer processo de treino.

*O processo permitiu clarificar percepções: os alunos foram manifestando que os seus medos estavam enraizados nas ideias de que as pessoas com deficiência requeriam processos, técnicos e atividades muito especializados e longe das suas capacidades. **A mudança da percepção ocorreu no sentido da normalização: as pessoas com deficiência requeriam as mesmas atividades, as mesmas estratégias e os mesmos processos de treino.** Mesmo as diferenciações que se tornaram evidentes passaram a ser encaradas como parte de qualquer processo de treino destinado a qualquer atleta.*

As instituições locais sempre se mostraram preocupadas e colaborativas com a oferta de atividades. Contudo, a pergunta que se levantou foi no sentido dos efeitos dessa participação irregular e no contexto institucional: facilitaria o acesso ao desporto? Estaria a criar hábitos de prática desportiva permanente? Estaria a fomentar a autonomia? E facilitaria a inclusão na comunidade?

As inquietações dos jovens fizeram alargar a questão: Será que os clubes e os técnicos do local percecionam as pessoas com deficiência como uma população que requer técnicas específicas e afastadas das competências dos profissionais desportivos? Será esse um motivo que afasta os clubes da dinamização de práticas desportivas que incluam pessoas com deficiência?



- a empregabilidade das pessoas com deficiência e, através dela, a valorização social e o ganho de poder, é uma área dependente de incentivos estatais e tem resultados limitados. No caso do desporto, há dinâmicas instaladas (torneios, competições regionais, nacionais e internacionais) que podem favorecer a valorização social e o aumento do controlo sobre a própria vida;
- a inclusão social pode ser traduzida no acesso às escolhas e às condições de frequência – isto é, torna-se mais inclusivo frequentar atividades que se conhecem e sobre as quais se têm certezas.

2012

Este conjunto de reflexões esteve na origem do projeto “Um Passo em Frente”, destinado a promover a inclusão social através do desporto. O projeto assentou em princípios de funcionamento:

- as pessoas com deficiência deviam ser autónomas nas escolhas desportivas e na opção em participar ou não;
- o desporto pode ser um objetivo de vida das pessoas com deficiência;

Neste contexto, o desporto pode ser um objetivo de vida, capaz de alargar a identidade da pessoa com deficiência a papéis socialmente valorizados. Por outras palavras, o desporto (e as atividades em geral) torna-se mais inclusivo se as pessoas com deficiência tiverem as mesmas condições de acesso que é oferecido a qualquer outro cidadão. Neste caso, a opção de não participação também é um ato inclusivo.

Isto resultou numa opção organizacional: não se pode optar pelo que não se conhece. O primeiro ano de projeto foi dedicado à prática regular (uma vez por semana) de várias atividades desportivas.

Nessa medida, a partir do segundo ano, o projeto considerou que a valorização social e o estabelecimento de objetivos de vida só podiam ocorrer no seio de processos efetivos de treino desportivo.

– o desporto adaptado e os atletas com deficiência devem ter acesso às mesmas condições de prática de que beneficia qualquer outro cidadão;

Estes foram os princípios apresentados aos parceiros: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, CERCIMOR e Associação 29 de Abril.

2013 Nesta base de sustentação, o primeiro ano do projeto decorreu em espaços e horários institucionais. Os clientes das instituições experimentaram vários desportos (Andebol, Tiro com arco, Futebol, Boccia, Dança, Atividades de aptidão física, Escalada, Caminhadas, Jogos colaborativos, Natação).

Uma vez por mês, as instituições juntavam-se para a prática partilhada das atividades.

O financiamento do projeto foi integrado no programa Municipal “Escolas e Escolinhas de Desporto”, que tinha a flexibilidade necessária para acolher atividades com um público diferente do previsto (o programa era destinado a crianças e jovens), mas com o mesmo objetivo: a formação desportiva.

*Numa leitura mais correta: **a comunidade deve desenvolver-se para incluir todos os cidadãos. Nessa medida, definiu-se que os processos de treino recorreriam aos mesmos espaços, técnicos, horários, financiamentos e rotinas que qualquer outra prática desportiva.***

*A recetividade dos parceiros foi um indicador de sustentabilidade da proposta. Quando instituições diferentes e, eventualmente, com interesses divergentes, encontram um campo comum de colaboração, isso significa que partilham a mesma necessidade e que, por isso, são capazes de mobilizar as suas energias – este processo cria sustentabilidade para além do investimento financeiro: **a atividade é sustentável porque corresponde a uma adaptação ao local e às condições únicas que aí se verificam; tem, portanto, sentido nesse contexto.***

*A esta flexibilidade chamaremos de “Regras Simples”: um mecanismo que está preparado para os imprevistos – o projeto “Um Passo em Frente” não podia ser previsto na altura em que o município criou o programa. Caso esse programa tivesse um perfil burocrático e fechado, não poderia acondicionar qualquer outra necessidade que não aquelas estritamente definidas. **Este é um dado relevante na facilitação de projetos de inclusão social: nem tudo pode ser previsto e, em consequência, os apoios e financiamentos devem considerar as surpresas e incertezas.***



1ª época 2013-2014 No fim do primeiro ano, os participantes foram ouvidos sobre a sua prática desportiva futura. Em perspetiva com os recursos disponíveis, foram formadas quatro equipas desportivas: Boccia, Natação, Futebol e Dança.

No caso da dança, optou-se pela inclusão direta dos interessados nos grupos de dança existentes na localidade, isto é, tratou-se de um encaminhamento: as pessoas com deficiência interessadas tinham autonomia para se deslocarem no concelho e havia, na localidade, grupos de dança que funcionavam em horário pós laboral.

Quanto às equipas de Futebol, Natação e Boccia, procuraram-se, na comunidade, as parcerias que podiam acolher as equipas. Em resultado, as equipas passaram a funcionar sob a orientação do Grupo União Sport (Futebol), Almansor Futebol Clube (Boccia) e Atlético Clube de Montemor (Natação). A coordenação das atividades esteve centrada no CAAAPCD.

O processo de escuta ativa das pessoas com deficiência oferece a possibilidade de controlo aumentado sobre o futuro e sobre a própria vida e previne que a participação das pessoas com deficiência decorra da interpretação que os técnicos fazem e que pode estar enviesada por valores e projeções. A facilitação também ocorreu pelo carácter permanentemente aberto do projeto: os participantes que não se mostraram interessados em adotar uma prática desportiva podiam ser integrados posteriormente (ou voltar a experimentar). É um elemento facilitador porque as interações entre os atletas das equipas de várias instituições podiam criar um clima futuro de interesse pela prática desportiva.

O pensamento manteve-se transversal: onde estavam os recursos, os técnicos e as condições? Assim, o contacto com os clubes desportivos da localidade foi uma resposta óbvia e inclusiva. As parcerias formaram-se com facilidade, mas não se desenvolveram espontaneamente. Para isso, foi relevante o papel de acompanhamento do CAAACJC. Portanto, outro elemento facilitador foi a existência de um ponto especializado de apoio sobre a inclusão de pessoas com deficiência.

Os treinos decorriam em horários pós-institucionais exceto no caso do Futebol, em que funcionavam no período da manhã.

Todas as equipas integravam atletas de várias instituições e a forma de funcionamento (bem como os horários) implicaram a colaboração entre entidades, atletas e famílias: as instituições tratavam do transporte dos atletas para o treino; no fim dos treinos, os atletas autónomos deslocavam-se para casa e os restantes eram acompanhados pelas famílias.

No caso do futebol, a colaboração era centrada na coordenação dos transportes das instituições.

Em nossa opinião, a inclusão não é um movimento radical; pelo contrário, joga com as dinâmicas sociais e lida com as forças e fraquezas. Neste caso, a equipa de futebol era constituída por atletas que frequentavam instituições em Montemor-o-Novo, mas que residiam em concelhos contíguos. Estavam, por isso, limitados pelos horários dos transportes públicos, como qualquer outro cidadão nesta região alentejana. Assim, o acesso à oportunidade de praticar foi considerado um interesse mais importante que a prática em horário pós-institucional.

*Fica reforçada a ideia de que a sustentabilidade adveio do interesse dos parceiros. Neste ponto, a família emergiu como parceiro relevante e o **pensamento facilitador do projeto foi o recusar que as famílias das pessoas com deficiência não estavam dispostas a alterar as suas rotinas para acolher as oportunidades de prática desportiva; como preposição positiva: as famílias organizaram-se em função das suas condições e dos interesses das pessoas com deficiência** – esse acompanhamento privilegia as relações e os afetos.*



Foi, também, neste segundo ano de funcionamento que se deu início aos torneios desportivos organizados localmente, entre os quais um torneio internacional de Boccia e um torneio internacional de Futebol. Em consequência, foram estreitados laços com outras entidades do distrito que dinamizavam desporto para pessoas com deficiência: inicialmente com a APCE e APPACDM e mais tarde com o CENTRO LUÍS DA SILVA de Borba e com a CERCIESTREMOZ.

Este foi um passo relevante para o projeto: em primeiro lugar, estabeleceu a cultura de funcionamento, reforçando a imagem de que os participantes podiam desenvolver identidades de atletas e que a sua participação tinha objetivos claros, neste caso a competição.

*Em segundo, **alargou as interações entre entidades e alicerçou a criação de dinâmicas novas. Isto será essencial para as inovações que emergirão ao longo do tempo: as instituições comunicam, partilham informação e significados e encontram melhores formas de fazer cumprir os seus objetivos – o tempo e a interação são essenciais.***

O terceiro ano do projeto assistiu à continuidade e reforço das atividades. Se, por um lado, a participação dos atletas em torneios foi reforçada, por outro, houve correções necessárias: a vertente de dança não teve capacidade de atrair os participantes (levando à sua extinção) e o clube dinamizador do Boccia encontrou dificuldades organizacionais (levando à deslocação da equipa para a Casa João Cidade).

De qualquer forma, o projeto estava a funcionar na matriz que estava prevista: a prática desportiva competitiva, na comunidade, enquanto processo mobilizador de recursos sociais e de desenvolvimento.

Um elemento que acreditamos poder facilitar a organização de atividades inclusivas é considerá-las como experiências sociais. Isto significa uma mudança de paradigma: propõe que as atividades sejam planeadas e dinamizadas com objetivos claros, mas também com a aceitação de que é a autonomia dos participantes que define o sucesso das atividades e não o financiamento solicitado ou a necessidade de o justificar.

De uma forma mais clara, nas atividades sociais, o controlo está distribuído, porque as pessoas são autónomas e livres e interagem umas com as outras, formando ideias, pensamentos e padrões de comportamento. Quando uma atividade junta sistematicamente pessoas, então isso revela que as pessoas a consideram significativa e importante para o seu estilo de vida ou para os seus sonhos e desejos. Assim, é mais importante identificar e cessar as atividades que não atraem pessoas (antes que prejudiquem o futuro – a participação em atividades de que não se gosta pode provocar sentimentos de resistência para com a prática desportiva), do que alimentá-las artificialmente, para que as metas previstas sejam alcançadas.

O foco das atividades sociais inclusivas deve estar, portanto, na adaptabilidade, em vez de estar na eficácia (i.e., meramente na relação entre o número de participantes e o custo).



2015 Com as dinâmicas consolidadas, tornou-se evidente a necessidade de avaliar o projeto.

A avaliação seguiu uma metodologia científica qualitativa. Foram constituídos três grupos focais: o dos atletas, o das famílias e o dos técnicos e parceiros.

Os resultados dessa avaliação foram importantes para os passos seguintes. Sumariamente:

- a inclusão social foi beneficiada, porque estreitou laços sociais, criou sentimentos de pertença a uma equipa e de valorização social, promoveu o desenvolvimento de competências pessoais e técnicas e colocou os atletas em situações de controlo sobre recursos pessoais (Ex: horários e participação) e comunitários (Ex: exigência de mobilização de recursos para os treinos);
- está em curso o processo de normalização da prática desportiva adaptada: os participantes passaram a poder escolher a sua prática desportiva (em vez de escolher sobre a participação em atividades esporádicas) e a comunidade passou a encarar o desporto adaptado como uma prática próxima de qualquer outro processo de treino;
- foram criadas expectativas de acesso a prática desportiva continuada e a momentos de competição;
- os participantes não tinham desenvolvido uma identidade desportiva clara (i.e., não se reconheciam totalmente como atletas). >>

A opção pela avaliação científica foi outro elemento facilitador do projeto. Há que salientar que para essa avaliação foram convocados recursos importantes, principalmente o tempo dos técnicos. Contudo, permitiu que soubéssemos exatamente o que tínhamos alcançado naquele ponto e, mais importante, trouxe resultados fiáveis e válidos, que elencavam as perceções dos participantes, os objetivos alcançados (e os não alcançados) e as dinâmicas e expectativas que, entretanto, surgiram.

Portanto, o tempo e a possibilidade de avaliar seriamente o projeto foram facilitadores. **Para aprender são necessárias memórias e reflexões. Consequentemente, pensamos que a exigência para com o momento de avaliação do projeto é um ponto facilitador e que deve ser correspondido com tempo para criar as memórias que são necessárias a melhorar e a mudar. Um sistema que não faz nem guarda memórias, não pode aprender.**

Outro elemento facilitador foi a aceitação do que não se alcançou com o projeto. Como mencionámos anteriormente, isso não significa que o projeto não era bom, significava apenas que necessitava de adaptações, que os pressupostos teóricos iniciais podiam não corresponder exatamente à realidade e que outros elementos desconhecidos estavam a operar. >>

>>

2016 Os resultados foram apresentados à comunidade, numa sessão em que estavam presentes atletas, famílias, instituições, parceiros e uma moderadora externa ao projeto, convidada a contribuir para a avaliação e devolução. Dessa sessão foi extraída a forte convicção de que a avaliação era fiável e representava a realidade.

A avaliação evidenciou a necessidade de facilitar o acesso à identidade desportiva dos participante e ao objetivo de permitir que o desporto fosse um objetivo de vida. Desta forma, foram aprofundados os contactos:

- com a Associação de Futebol de Évora e com a Federação Portuguesa de Natação (que, entretanto, tinham sido iniciados no ano anterior), no sentido de mobilizar para a inclusão das competições de futebol e natação nas suas estruturas organizativas. Este passo foi conseguido no caso do futebol e nesse ano a Associação de Futebol de Évora organizou o seu primeiro torneio de futebol adaptado, em que participaram cinco equipas.

>> *É, portanto, revelante reforçar que facilitar projetos sociais (segundo esta experiência) não significa que as atividades planeadas têm que gerar os resultados e as metas previstas a todo o custo; significa, isso sim, que a adaptabilidade é mais relevante do que a eficácia: alcançar números que não têm significado social é ineficaz.*

Trata-se de um passo significativo: o futebol para pessoas com deficiência passou a estar centrado (na organização de encontros entre equipas de vários concelhos) na Associação de Futebol de Évora – deixou de estar à margem e de integrar, para estar na comunidade e incluir; na realidade, não há qualquer adaptação que já não seja possível nas regras, em função das capacidades dos atletas (Ex.: alteração do número de jogadores ou das medidas do campo. No caso do futebol, o envolvimento da estrutura regional que organiza a modalidade foi um elemento de facilitação.



2017 Com os parceiros, para organizar um circuito de Boccia do Alentejo, visando o aumento dos momentos competitivos; a esta altura, o circuito tem o apoio financeiro do Instituto Português do Desporto e da Juventude, que contribuiu para que fossem mobilizados os recursos mínimos para a operacionalização das atividades.

A opção pelo Circuito de Boccia do Alentejo surge como uma resposta local lógica ao cenário existente: por um lado, a necessidade de aumentar momentos competitivos formais em qualidade e quantidade (a promoção da identidade como atleta dos participantes); por outro, os elevados custos de transportes, exames médicos e estadias que estão inerentes à participação de atletas de Boccia em competições nacionais.

*É de salientar que este circuito aproveita dinâmicas e recursos existentes: é relativamente fácil a cada clube organizar um torneio de Boccia por ano e as distâncias entre localidades são igualmente acessíveis, não implicando custos exorbitantes com a estadia. Mais importante, o circuito não impede a participação de atletas nos Campeonatos Nacionais e pode ser uma rampa de lançamento para competições mais relevantes – portanto, **é um elemento facilitador porque torna acessível a competição regular, permite aferir motivações e interesses dos atletas e tem o poder de mobilizar recursos internos e de treino** (o treino pode ser alicerçado a partir dos momentos competitivos).*

Quanto à mobilização de recursos mínimos, o apoio do IPDJ permite a existência de recursos (bolas, marcadores e apoio para a formação técnica) que se mantêm ao longo de vários anos. Por outras palavras: a alavancagem do circuito de Boccia requereu recursos financeiros mínimos (outro facilitador) que

permitem mobilizar e tornar mais eficazes os recursos já existentes, como os pavilhões desportivos (a ideia central é que os espaços desportivos são mais eficazes quando estão a ser utilizados), com a colaboração das entidades parceiras e das autarquias das localidades onde se realizam os torneios (Borba, Évora, Estremoz, Montemor-o-Novo, Vendas Novas)

Finalmente (por enquanto), o manual surge como um momento de devolução alargada do projeto e contributo para a reflexão acerca da inclusão de pessoas com deficiência através do desporto.



Replicabilidade

Este manual propõe-se a facilitar a organização de projetos sociais assentes na inclusão e no desporto. Para isso, oferecemos algumas reflexões acerca da replicabilidade do projeto que foi implementado e cuja história apresentámos.

44

A leitura da replicabilidade deve ser guiada pelo contexto que pretende replicar: os contextos são únicos. Neles operam pessoas, instituições, interesses e valores que respondem às características específicas aí existentes e que geram dinâmicas culturais locais. Assim, não se deve considerar que a replicação de um projeto é um ato de aplicação imediata; isso seria deslocalizar as pessoas e as instituições. É que quando se implementa um projeto por imitação simples das atividades, planeamento, objetivos ou metas, não se herda apenas a expectativa de resultados; herda-se também o contexto que esteve na origem do projeto e que, provavelmente, não corresponde à realidade em que se pretende replicar.

Então, surgem as questões:



O que não é replicável? O que é replicável?

Não são as atividades oferecidas no projeto que são reaplicáveis...

... são os seus princípios:

- a escolha autónoma e esclarecida;
- a oferta desportiva orientada para a proficiência e continuidade (por contraste com a prática pontual);
- o desporto enquanto objetivo de vida e de valorização social;
- o acesso a horários, técnicos e materiais que estão acessíveis a qualquer outro cidadão.

Não é a estrutura burocrática, o planeamento nem tão pouco as metas do projeto que são replicáveis...

... é a sua adaptabilidade, a noção de que os projetos são influenciados por interesses e valores que podem estar ocultos; portanto, a aceitação de que haverá imprevistos (afastamentos ao caminho planeado) que não devem ser excluídos apenas porque não estavam traçados.

Não é a adaptação da prática desportiva que é replicável...

...é a adaptabilidade dos recursos, técnicos, instrumentos e estratégias.

Não é a estrutura de parcerias em concreto que é replicável...

... é a oportunidade de interação entre os parceiros, que permitiu encontrar necessidades e significados partilhados e, portanto, sustentabilidade.



Não é o financiamento que é replicável...

...é a flexibilidade do mecanismo de financiamento, que não fecha a prática desportiva a objetivos e metas determinísticos;

... é a procura de alavancagem social e comunitária que o financiamento possibilita.

Não é a ideia de que as famílias devem participar ativamente nas atividades que é replicável...

... é a ideia que, com alterações nas condições de participação e de interação, as famílias adaptam-se e tomam decisões de participação aferidas às suas realidades e interesses.

Não é a vontade ou a visão das pessoas e entidades que propuseram o projeto que é replicável; essa visão pode excluir as pessoas e instituições que não se revejam nela...

... é a procura de coerência entre os objetivos de todos os participantes; essa coerência inclui os vários agentes (ainda que tenham interesses divergentes) e aceita a diversidade.

Não é o tempo em que o projeto decorreu que é replicável (o número de horas de treinos, o número de momentos competitivos ou a duração do projeto)...

... é a noção de que o tempo é fundamental para criar memórias e aprendizagens.

Não é o CAAAPCD como centro de dinamização de atividades para pessoas com deficiência que é replicável...

...é a existência de um agente que esteja disponível para o desenvolvimento da comunidade e a coordenação de atividades.

É a sua vez

Chegou a parte onde vai poder construir o seu próprio projeto.

Não há uma receita, mas sim alguns passos e as ideias baseadas nos conceitos apresentados nos capítulos anteriores.

Modelo de partida

O projeto “**Um passo em frente**” não se baseou em nenhum estudo mas, entretanto, descobrimos no Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH) o “*Estudo de Serviços de Apoio à Inclusão de Pessoas com Deficiência*” promovido pela plataforma Europeia para a Reabilitação (EPR) que elaborou dimensões essenciais para avaliar projetos de inclusão de pessoas com deficiência.

Este modelo pode contribuir para a organização de projetos, uma vez que suporta a reflexão, propõe questões de pesquisa e dimensões de análise.





.1

Apoio ao acesso

Como aceder ao apoio dos serviços da comunidade?

51

Provavelmente, a sua comunidade cresceu em torno de várias organizações e, portanto, há capacidade instalada na área social, desportiva, cultural, etc. Desenvolver um projeto de desporto para pessoas com deficiência é semelhante a desenvolver um projeto para pessoas sem deficiência.

52 Partindo do princípio que cada comunidade é diferente, importa identificar na sua quais são os recursos que vai poder mobilizar em volta do seu projeto. Importa também passar a mensagem que a inclusão é uma responsabilidade partilhada. Pelo que ninguém ou nenhuma entidade fará tudo sozinho ou sozinha. Acrescentamos ainda que, o que motiva cada pessoa no investimento num projeto inclusivo, pode ser diferente, mas essa motivação pessoal será a “fonte de energia” do projeto. Umas das razões pelas quais ele funcionará!

Entendemos como recurso, pessoas e programas.

As pessoas são o mais importante. Há em qualquer organização, uma ou outra, que acredita que a inclusão é um processo possível de implementar e que passa por ela através das suas atitudes inclusivas. Estas pessoas identificam-se facilmente pelas ações já desenvolvidas.

As vezes existem outras pessoas mais escondidas que só estão à espera da oportunidade para dar o passo. Pelo que vale a pena falar com todos.

Os programas (projetos, incentivos, ...) são outra parte a pesquisar: o que existe e onde, na sua comunidade, para a prática desportiva? Não têm que ser específicos para as pessoas com deficiência. O que existe poderá precisar de adaptação.

Introduzido o tema desta parte, vemos agora muitas das possibilidades de parcerias, ou seja, todos os setores da comunidade que poderá mobilizar em volta do seu projeto de desporto. Não sem lembrar que a maior parte da comunidade ainda funciona no seu domínio sem grande conhecimento ou ligação com os outros. Caber-lhe-á usar as suas energias para fazer as ligações.

O imperativo da inclusão das pessoas com deficiência em todos os domínios da vida em comunidade veio romper com algumas barreiras sectoriais. No caso que nos interessa, a prática desportiva das pessoas com deficiência, passa então pela possibilidade de frequentar os equipamentos desportivos e os clubes das várias modalidades. Assim, as entidades desportivas vão ser chamadas a responsabilizar-se pelo desenvolvimento da prática desportiva para todos, entendendo a sua participação como fundamental e os eventos desportivos para públicos “especiais” serão gradualmente substituídos por eventos para todos.

Câmara e Juntas

Ao nível local, em cada Câmara existe um serviço de desporto. Cada um terá a sua dinâmica, umas tendo a sua Escola Municipal de Desporto “ex de Mora: <http://desporto.cm-mora.pt/pages/escolaDesporto/informacoes.phpr>), outras têm programação e apoios às atividades desportivas da comunidade (ex de Montemor-o-Novo: Escolas e Escolinhas: <http://www.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/desporto/Paginas/Escolas-e-Escolinhas-de-Desporto.aspx>).

Geralmente também são as Câmaras que fazem a gestão dos equipamentos, infraestruturas desportivas, pavilhões, piscinas...em parceria com os agrupamentos escolares e os clubes.

Famílias

As famílias têm igualmente formas de se agrupar em volta das questões da educação ou mais especificamente da deficiência.

Associações de pais

CONFAP

Confederação Nacional das Associações de Pais
www.confap.pt

Pais com filhos com deficiência

Tal como nos anos 70 e 80 nasceu uma série de cooperativas e associações de pais e amigos de pessoas com deficiência, ligadas ao conceito de integração dos seus filhos na sociedade, o século XXI viu nascer outras na defesa da inclusão.

Encontrámos na **Plataforma das Associações para a Inclusão**, que nasceu da luta contra uma legislação da educação, uma lista de associações que, recentemente, marcaram a sua posição a favor da inclusão.

Plataforma - Associações de Pais Pela Inclusão

Associações Subscritoras:

ABCReal Portugal

geral@centroabcreal.com

AMAR21 – Associação de Apoio à Trissomia 21

amar21-trissomia21@hotmail.com

APATRIS21 – Associação de Portadores de Trissomia 21 do Algarve

geral@apatris.org

AVISPT21 – Associação de Viseu de Portadores de Trissomia 21

avispt21@gmail.com

BIPP – Banco de Informação de Pais para Pais

bancobipp@gmail.com

Dar Resposta – Associação

dar.resposta@gmail.com

X-Frágil – Associação Portuguesa da Síndrome do X-Frágil

geral@apsxf.org

MEPI – Movimento para um Ensino Público Inclusivo

movimento.epi@gmail.com

Olhar 21 – Associação de Apoio à Inclusão do Cidadão com Trissomia 21

olhar.vinte.um@gmail.com

Mithós – Associação de Apoio à Multideficiência

mithos.associacao@gmail.com

Confap – Confederação Nac. das Assoc. de Pais

geral geral@confap.pt

Pais em Rede – Associação

geral@paisemrede.pt

Pais 21 – Grupo de Pais da Associação Portuguesa de Trissomia 21

infol@pais21.pt

APCL – Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa

sede.dg@apcl.org.pt

APSA – Associação Portuguesa da Síndrome de Asperger

piedadelm@apsa.org.pt

Associação de Surdos de Évora

asevora@mail.evora

Vencer Autismo

info@vencerautismo.org

Leque – Associação Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Especiais|geral@leque.pt



2.

Serviços e atividades diferenciadas em ambiente habitual

57

Como oferecer atividades e serviços diferenciados em ambiente habitual?

O mundo do desporto é recheado de possibilidades partindo do mais local até ao nacional, embora a situação seja muito diferente em cada lugar. A prática desportiva baseada no associativismo e nas infraestruturas disponíveis depende também das políticas e programas prosseguidas localmente, regionalmente e nacionalmente.

Assim, encontramos:

58

1. Instituto Português do Desporto e da Juventude (IDPJ)

[HTTP://WWW.IDESPORTO.PT/CONTEUDO.ASPX?ID=19&IDMENU=5](http://www.idesporto.pt/conteudo.aspx?id=19&idmenu=5)

Federações Desportivas | Associações Promotoras de Desporto | Clubes de Praticantes | Clubes Desportivos | Sociedades Desportivas | Ligas Profissionais de Clubes | Outros

2. Desporto escolar

A sua missão é “Proporcionar o acesso à prática desportiva regular e de qualidade, contribuindo para a promoção do sucesso escolar dos alunos, dos estilos de vida saudáveis, de valores e princípios associados a uma cidadania ativa.”

A sua visão é “Fazer com que todos os alunos do sistema educativo pratiquem regularmente atividades físicas e desportivas.”

[HTTP://DESPORTOESCOLAR.DGE.MEC.PT/](http://desportoescolar.dge.mec.pt/)

3. Desporto universitário

Faculdades de Desporto e prática desportiva nas universidades

Ciências do Desporto – Licenciatura-1º ciclo:

Universidade da Beira Interior

Universidade de Coimbra – Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física
Universidade de Évora – Escola de Ciências e Tecnologia

Universidade de Lisboa – Faculdade de Motricidade Humana

Universidade do Porto – Faculdade de Desporto

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Escola de Ciências da Vida e do Ambiente

Instituto Politécnico do Porto – Escola Superior de Educação

Mais informações no site da Direção Geral do Ensino Superior: <http://www.dges.gov.pt> Comité paraolímpico de Portugal

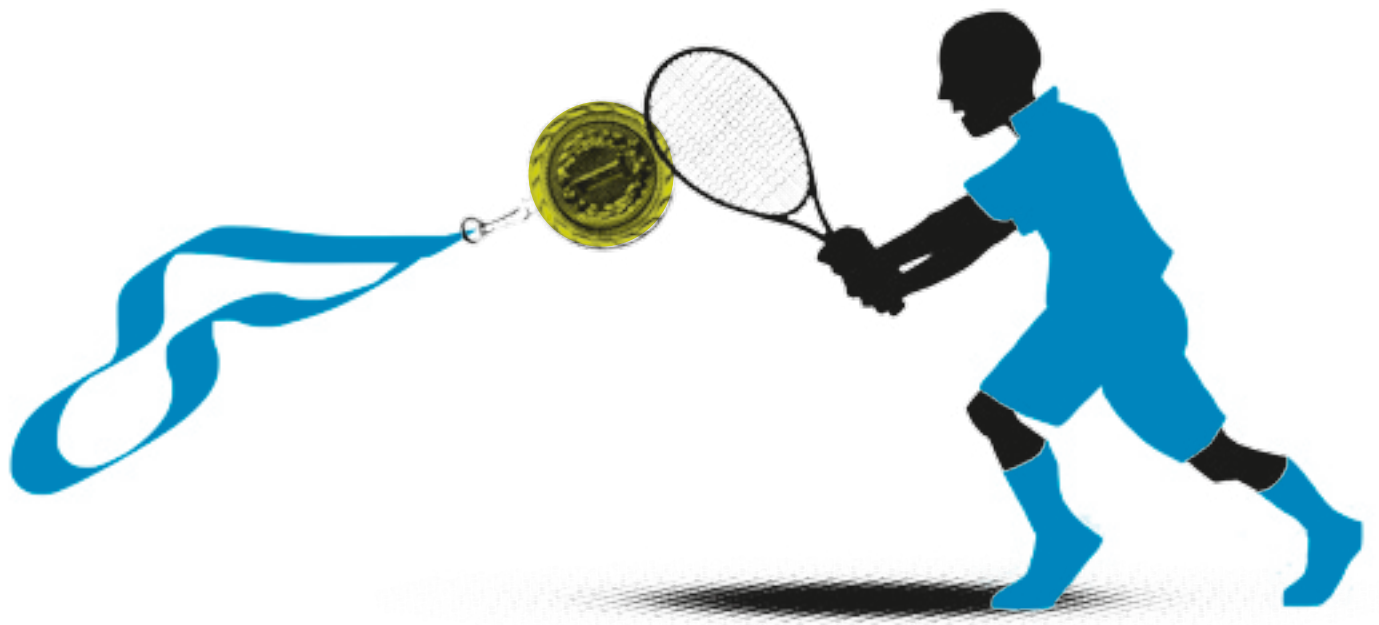
4. Modalidades

Atletismo , Basquetebol , Boccia , Equitação , Esgrima , Futebol 5, Futebol 7 , Goalball, Halterofilismo , Judo , Natação, Para-Canoagem , Para-Ciclismo, Para- Triatlo , Remo , Rugby , Ténis de Mesa, Ténis em Cadeira de Rodas, Tiro, Tiro com arco , Vela , Voleibol

[HTTPS://WWW.COMITEPARALIMPICOPORTUGAL.PT/PAGINAS/MODALIDADES.ASPX](https://www.comiteparalimpicoportugal.pt/paginas/modalidades.aspx)

Mapa da inclusão desportiva:

[HTTPS://WWW.COMITEPARALIMPICOPORTUGAL.PT/PAGINAS/MAPA CLUBES.ASPX](https://www.comiteparalimpicoportugal.pt/paginas/mapaclubes.aspx)



3. Colaboração entre organizações

Como colaborar com as organizações da comunidade?

Uma comunicação mobilizadora é:

- **Dialógica**, ou seja, não é transferência do saber mas um encontro de sujeitos interlocutores que defendem uma causa de interesse mútuo.
- **Libertadora**, ou seja, serve para problematizar um conhecimento sobre uma realidade concreta para a compreender melhor.
- **Pedagógica**, através das interações aprendemos e aprender é mudar.
- **Complementar**, mais que pessoas ou instituições iguais, o seu projeto precisa de diferentes parceiros com características complementares.

Metodologia tradicional x metodologia colaborativa

Alguns aspetos que diferenciam as metodologias:

METODOLOGIA TRADICIONAL:

- Ambiente centrado no leader;
- A liderança é uma figura autoritária;
- Aprendizagem reativa e passiva;
- Ênfase na matéria;
- Aprendizagem solitária;
- Memorização.

METODOLOGIA COLABORATIVA:

- Ambiente educacional centrado no participante;
- A liderança emerge do grupo de pessoas que colaboram.
- Aprendizagem proativa e investigativa;
- Ênfase na aplicabilidade;
- Aprendizagem em grupo;
- Transformação.

Benefícios da metodologia colaborativa

- Desenvolvimento do senso de trabalho em equipa;
- Desenvolvimento de novas competências comportamentais e intelectuais;
- Melhoria substancial na autoestima;
- Aprimoramento da comunicação;
- Desenvolvimento do senso crítico, lógico e analítico;
- Melhoria nos relacionamentos interpessoais;
- Aprendizagem prática, em vez de memorização teórica;
- Desenvolvimento das habilidades de compreensão e de saber lidar com pontos de vista diferentes;
- Amadurecimento e evolução pessoal e profissional.

A título de exemplo, apresentamos as cinco práticas de transformação que surgiram de um projeto “Catalise”

O Projeto CATALISE – Capacitação para a Transição Local e Inovação Social foi criado e coordenado pelo CICS.NOVA (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) e pelo CCIAM-cE3c (grupo de investigação Climate Change Adaptation, Impacts and Modelling, do Centre for Ecology, Evolution and Environmental Change, sedado na Faculdade de Ciências, da Universidade de Lisboa).“A partir da análise das respostas ao questionário e às entrevistas, dos resultados do encontro participativo e da informação pesquisada, surgiram cinco Áreas principais de ação, ou dimensões, que se complementam entre si, compondo uma dinâmica de cinco práticas de transformação:

“Partilhar, Nutrir, Gerir, Conectar e Ser” *

Existem ferramentas informáticas que facilitam o desenvolvimento da colaboração, permitindo:

- A partilha de documentos.
- A escrita e desenvolvimento de projectos em conjunto.
- A marcação das reuniões de forma democrática recolhendo as disponibilidades de todos.
- Elaborar a ata de reunião e a sua partilha.

* Guia de Práticas de Transformação, 2016. ISBN: 978-989-99084-4-4



4.

Sensibilização à deficiência

67

Como sensibilizar a comunidade para as características da deficiência?

O modelo bio psicossocial da deficiência é aquele que tem a visão mais alargada do seu impacto na sociedade colocando a deficiência como uma questão coletiva e da responsabilidade de todos. Pelo que o sistema do Estado está organizado em volta de vários setores:

1. Saúde/educação Intervenção precoce

Núcleo de educação especial? ligação com o departamento de educação física? ligação com o desporto escolar?

2. Social: entre proteção e autonomia

Na nomenclatura da Segurança social disponível em:

[HTTP://WWW.CARTASOCIAL.PT/CONCEITOS.PHP](http://www.cartasocial.pt/conceitos.php)

poderá encontrar:

2.1. Crianças e Jovens com deficiência

- Intervenção Precoce
- Lar de Apoio
- Transporte de Pessoas com Deficiência

2.2. Pessoas adultas com deficiência

- Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência
- Serviço de Apoio Domiciliário
- Centro de Atividades Ocupacionais
- Acolhimento Familiar para Pessoas Adultas com Deficiência
- Lar Residencial
- Transporte de Pessoas com Deficiência

3. Saúde

Ajudas técnicas/ Produtos de apoio

[HTTP://WWW.INR.PT/CONTENT/1/59/AJUDAS-TECNICAS-PRODUTOS-DE-APOIO](http://www.inr.pt/content/1/59/ajudas-tecnicas-produtos-de-apoio)

Para o desenvolvimento do seu projeto terá que perceber na sua comunidade quais são os serviços existentes e quais promovam a inclusão no sentido referido no nosso capítulo ...

Ao nível das instituições relevamos dois exemplos de projetos inspiradores:

- APCAS: Desporto com sentido

[HTTP://WWW.PARALISIACEREBRAL.PT](http://www.paralisiacerebral.pt)

- APPACDM: União Desportiva para a Inclusão (UDI)

[HTTP://WWW.APPACDM.SETUBAL.PT](http://www.appacdm.setubal.pt)

Conclusão

O paradigma da inclusão que emergiu da **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** é um compromisso que o país assumiu em 2009 e que tem procurado aplicar. Implica a passagem de uma lógica exclusiva de proteção, para outra de participação; e a pessoa com deficiência passa a ser sujeito da sua própria vida, em vez de mero objeto de cuidado. É, portanto, uma forma diferente de ver o lugar da pessoa com deficiência na sociedade, centrada no reconhecimento das capacidades. Mas também é um percurso que desafia os técnicos e as entidades.

Nesse contexto, este guia responde a alguns destes novos desafios:

1. Revela (e defende) que a inclusão social pela comunidade é possível, acessível, sustentável e talvez surpreendentemente fácil;
2. Considera o desporto como um dos instrumentos desse desenvolvimento social e comunitário;
3. Identifica um conjunto replicável de elementos – neles, juntam-se as singularidades dos locais e princípios de ação;
4. Identifica modelos e recursos para a inclusão social através do desporto.

Juntamos este guia aos projetos, instituições e pessoas que encontramos e que colaboram diariamente – as famílias, os técnicos, os políticos – para uma sociedade mais inclusiva. Não há uma “boa” maneira de a conseguir, mas há algumas atitudes a manter, como a tolerância, a abertura de espírito e a paciência.

Assim, a inclusão social não é a responsabilidade de alguns, mas de todos. Tão pouco acontece simplesmente porque está mandatada por lei; emerge diariamente das ações e reflexões, da vontade de fazer melhor. **A sociedade será inclusiva no dia em que seja dado a cada um, um lugar na sociedade, como cidadão, com tudo o que isso implica: o exercício pessoal da cidadania, a procura pessoal da felicidade e a busca do bem-estar comum.**

Nuno Silva

Identifica-se como um humanista crítico e pragmático.

Nascido em 1973, é licenciado em ciências do desporto e mestre em gestão e administração educacional, a que junta duas outras áreas informais de formação: o empreendedorismo social e a sua família.

Na área do empreendedorismo social tem desenvolvido e participado em experiências de inclusão social pelo desporto: em Montemor-o-Novo colabora com a Casa João Cidade no Projeto “Um Passo em Frente”, destinado a pessoas com deficiência; em Oeiras, na Associação de Solidariedade Social Assomada, coordena um projeto andebolístico, destinado à inclusão, capacitação e excelência de mulheres com raízes africanas.

Na área da educação, tem exercido cargos de direção executiva, é professor do ensino básico e secundário e formador de professores.

Na área do desporto, junta várias experiências enquanto treinador: futebol, atletismo, badminton e Boccia.



Casa João Cidade / Pascale Millecamps / Nuno Silva | Design e ilustração: Miguel Rocha
Projeto cofinanciado pelo Programa de Financiamento a Projetos pelo Instituto Nacional para a Reabilitação
Apoio: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

dezembro 2017



Casa João Cidade: Olival das Casas Altas, Apartado 76 | 7050-999 Montemor-o-Novo
Telefone: 266 891 568 Email: joaocidade@gmail.com WWW: casajoaocidade.pt